

**CARLOS QUE AMAVA DORA, QUE AMAVA RITA, QUE AMAVA DITO,
QUE AMAVA RITA... A DANÇA DOS ENCONTROS AMOROSOS E DOS
PODEROSOS DO OITOCENTOS FLUMINENSE.**

Eliana Vinhaes Barçante

Docente Assistente UERJ/UNESA

1. Introdução. Será que os desencontros amorosos em cadeia sugeridos por Chico Buarque de Hollanda foram recorrentes, no oitocentos? O intrincado de estratégias matrimoniais ocorridos no século XIX desafia os pesquisadores e instiga sua inteligência, astúcia e determinação.

Poderemos constatar o triunfo do discurso amoroso nas escolhas matrimoniais do século ou estas estratégias matrimoniais cimentavam um grande negócio político e econômico? Poderemos apontar para um caminho dialético onde as duas estratégias se associavam ou se distanciavam?

Pinçamos desta malha, engendrada por encontros e desencontros amorosos, alguns casos para nossa reflexão. Perseguimos a trajetória de uma família da *finá flor* do Império fluminense, no XIX: a família **Clemente Pinto**, da Casa de Nova Friburgo, de raízes em Cantagalo, mas estendidas a Nova Friburgo, a São Fidélis e ao Rio de Janeiro, o município da Corte. Esta família pode nos esclarecer alguns caminhos a serem perseguidos por futuros pesquisadores. Para tanto utilizamos o Anuário Genealógico do Brasil e tentamos cruzar as informações coletadas, com inventários pós morte e cronistas de época.

Elaboramos quadros para entendermos a composição da população escrava no município estudado. Para tanto, utilizamos os censos demográficos para a época, cruzados com inventários pós morte de Cantagalo. Comparamos com outros municípios do agro fluminense.

Nossa intenção foi entender a lógica da política matrimonial entre a família dos Clemente Pinto associada ao processo de enriquecimento e empobrecimento ocorrido

na região em meados do século XIX e tentar projetar para uma tendência ocorrida em outras famílias da elite fluminense do oitocentos.

2. A fina flor fluminense. Fomos às origens da família da Casa dos Nova Friburgo, que segundo A. C. D'Araujo "...era a mais rica do Rio de Janeiro. Pode-se dizer, ante a simplicidade dos paços imperiais, o único palácio da capital".

A origem do primeiro barão de Nova Friburgo remonta a Ovelha do Matão (Portugal), quando nasceu a 06/01/1795. Faleceu a 04/10/1869 no Rio de Janeiro. Casou-se com sua prima-irmã, D. Laura Clementina da Silva Pinto, nascida a 02/12/1808. Era, portanto, 13 anos mais velho que sua esposa. D. Laura veio a falecer em Friburgo a 09/01/1870. Faleceu com 62 anos.

D. Laura, por sua vez, filha de João Clemente Pinto e de D. Teresa Joaquina da Silva dá à luz dois varões: **Antonio Clemente Pinto** (15/11/1830 no Rio de Janeiro), que será o futuro Conde de São Clemente e **Bernardo Clemente Pinto Sobrinho** (11/11/1835 em Cantagalo) que será o futuro Conde de Nova Friburgo.¹

Os laços matrimoniais ampliavam uma rede intrincada de relações que acabam aproximando **Georgina Darrique Faro**, filha do terceiro Barão do Rio Bonito, de **Antonio Clemente Pinto**, neto do patriarca Barão de Nova Friburgo. É um exemplo de interpenetração de famílias da elite fluminense.

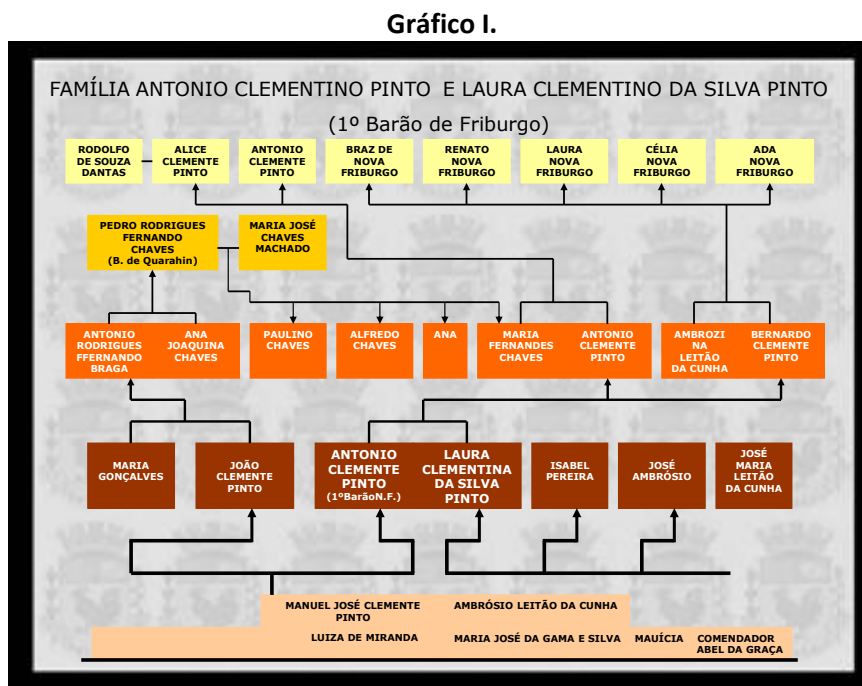
Por sua vez, **Alice Clemente Pinto**, filha de Antonio Clemente Pinto casa-se com **Rodolfo Epifanio de Souza Dantas**, neto de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, o Barão de Quarahim.

Bernardo Clemente Pinto contrai matrimônio com **Ambrozina Leitão da Cunha** que à época era viúva. Por sua vez, a irmã da Baronesa de Souza Franco (Ambrozina) é filha do Dr. Ambrosio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré.

¹ Estas informações foram coletadas do Anuário Genealógico do Brasil. Instituto de Estudos Genealógicos 1939-48. 10v PP 197-98 13 v

Esta teia segue suas ramificações e mais adiante **Maria José de Souza Dantas**, filha de Alice Clemente Pinto e Epifanio de Souza Dantas casa-se com **Braz de Nova Friburgo**, filho de Bernardo Clemente Pinto e Ambrozina Leitão da Cunha. Tio e sobrinha estreitam os laços da Casa Clemente Pinto e Souza Dantas. Podemos verificar, a partir dos gráficos abaixo, organizados com fontes do Anuário Genealógico Brasileiro.

Vejam os gráficos, a seguir:



Fonte: Gráfico elaborado a partir do Anuário Genealógico do Brasil. São Paulo Instituto de Estudos Genealógicos: 1939-48

O **Gráfico I** demonstra as relações que vão se ramificando a partir de **Laura Clementina da Silva Pinto** e **Antonio Clemente Pinto**, 1º Barão de Nova Friburgo. Eles tiveram dois filhos, conforme o gráfico demonstra: **Antonio Clemente Pinto** e **Bernardo Clemente Pinto**. Destes casamentos nascem os netos do patriarca. Por parte de **Antonio Clemente Pinto (filho)** e **Maria Fernandes Chaves** (nora) nascem Alice Clemente Pinto e Antonio Clemente Pinto (netos do Barão). Por parte de **Bernardo Clemente Pinto (filho)** e **Ambrozina Leitão da Cunha** nascem Braz de Nova Friburgo, Renato de Nova Friburgo, Célia de Nova Friburgo e Ada de Nova Friburgo (netos do Barão). Portanto, o 1º Barão de Nova Friburgo teve dois filhos e oito netos.

Se observarem o Gráfico I, podemos identificar vários casamentos por *dentro* e *por fora* (endogâmicos/exogâmicos) da família Clemente Pinto.

Neste caso, podemos identificar o caso de **Antonio Clemente Pinto (filho do Barão de Nova Friburgo)**, que se casa com **Maria Fernandes Chaves**, que por sua vez é filha de **Pedro Fernandes Chavez** (Barão de Quarahim, sobrinho neto do Barão de Nova Friburgo).

João Clemente Pinto (irmão do 1º Barão de Nova Friburgo), casado com **Maria Gonçalves** é o pai de **Antonio Rodrigues Fernando Braga**, casado com **Ana Joaquina Chaves** e pai de **Pedro Rodrigues Fernando Chaves** (Barão de Quarahim e sobrinho neto do Barão de Nova Friburgo), casado com Maria José Chaves Machado, pais de **Maria Fernandes Chaves**, (sobrinha bisneta do Barão), que se casa com **Antonio Clemente Pinto (filho do Barão de Nova Friburgo)**.

Este labirinto desafiador de casamentos por *dentro*, que percorre duas gerações, demonstra os cruzamentos dentro da mesma família.

Bernardo Clemente Pinto (filho do Barão de Nova Friburgo) é pai de **Braz de Nova Friburgo (neto do Barão de Nova Friburgo, filho do Antonio Clemente Filho)**, que se casa com **Clotilde de São Clemente**, que por sua vez é filha de **Antonio Clemente Pinto** (neto do Barão de Nova Friburgo) e **Georgina Darrique Faro** (filha do Barão de Rio Bonito). Portanto, o neto do Barão de Nova Friburgo se casa com a neta do Barão do Rio Bonito, que, ao mesmo tempo, é bisneta do Barão de Nova Friburgo. É um exemplo de casamentos *por dentro* e *por fora*.

Observando as reuniões que ocorriam nos salões da Corte podemos destacar o baile de julho de 1883, uma grande festa em homenagem aos recém casados Antonio Clemente Pinto e Georgina Darrique Faro, que serão os futuros barões de São Clemente.

D. Alice São Clemente (futura Madame Rodolfo Dantas), elegantemente vestida de gaza da China, fazia, com a graça encantadora da juventude, as honras de seu salão. Pálida, de uma fisionomia docemente simpática, D. Georgina, num vestido ultra simples, de cetim creme, de longa cauda, deslizava com a moleza do cisne. A Baronesa de Guai tão graciosa, um perfil de rainha, circulava,

*de cetim lilás com rendas brancas. D. Amélia Cavalcânti, perfeitamente correta, de sêda e cetim ouro rofo... e a Senhora Haritoff, muito elegante, de sêda de ramagens, e um riquíssimo colar de pérolas, que parecem escolhidas uma a uma nas praias do oriente...*²

Agora podem observar: **Georgina Darrique Faro** é irmã de **Lindolfo de Carvalho**, casado com **Mariana de Faro**, que por sua vez são pais de **Augusto Faro de Carvalho (bisneto do Barão de Nova Friburgo)**, que se casa com Maria de Souza Dantas, filha de **Alice Clemente Pinto (neta do Barão de Nova Friburgo)**, casada com **Rodolfo Epifanio de Souza Dantas**.

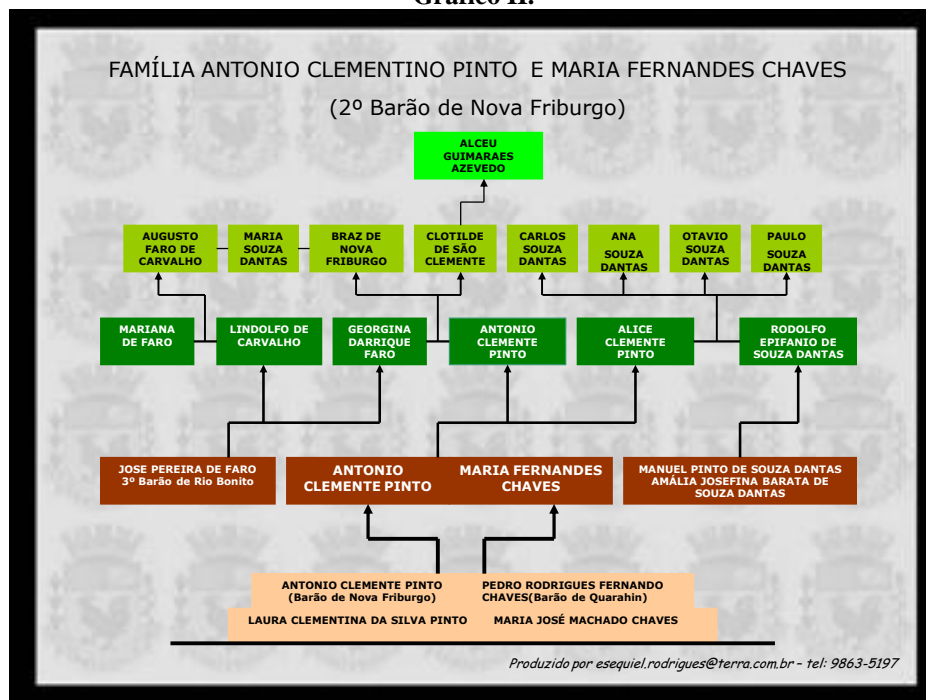
Maria de Souza Dantas (filha de Rodolfo Epifanio de Souza Dantas com Alice Clemente Pinto) era casada com **Augusto Faro de Carvalho**. Maria de Souza Dantas era bisneta do 1º Barão de Nova Friburgo.

João Pereira Darrique Faro foi vice-presidente de Província, provavelmente, mesmo 3º Barão de Rio Bonito, ou seu pai. No gráfico aparece **João Pereira Faro**.

Os dois gráficos abaixo focam sua descrição, nos dois núcleos que surgem dos dois filhos do 1º Barão. Foram organizados para que, cada núcleo, pudesse ser visualizado com maior clareza.

² SAINT-CHIC, Marquês. *Revista Ilustrada*, 14 de julho de 1883 in: PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo reinado*. São Paulo: Martins Fontes: 244)

Gráfico II.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do Anuário Genealógico do Brasil. São Paulo. Instituto de Estudos Genealógicos 1939-48

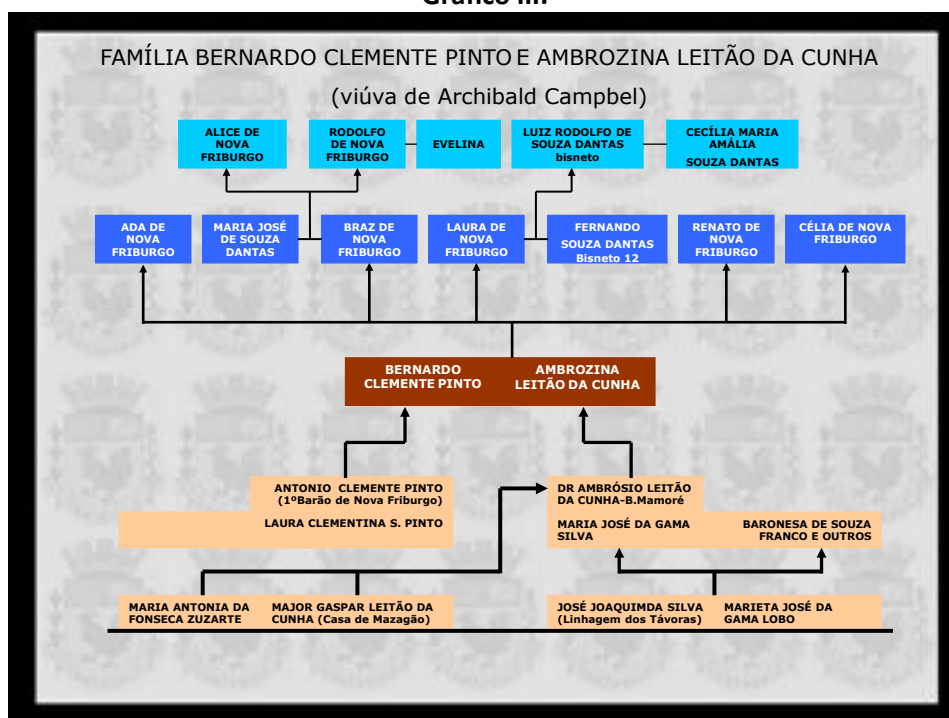
Obs: O nome da Família e a de Antonio Clemente Filho e não Antonio Clementino Filho

No Gráfico II identificamos o casamento de **Augusto Faro de Carvalho**, (neto do 3º Barão de Rio Bonito) com **Maria Souza Dantas** (bisneta do 1º Barão de Nova Friburgo).

No mesmo Gráfico II identificamos o casamento de **Georgina Darrique Faro** com **Antonio Clemente Pinto** (neto do 1º Barão de Nova Friburgo). **João Pereira de Faro** foi vice presidente de Província, portanto, ligado aos interesses políticos da Província do Rio de Janeiro.

A família Souza Dantas se aproxima por casamento da família de Clemente Pinto. Vejam o casamento de **Rodolfo Epifânio de Souza Dantas** com **Alice Clemente Pinto**.

Gráfico III.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do Anuário Genealógico do Brasil. São Paulo. Instituto de Estudos Genealógicos 1939-48

O Gráfico III explora a descendência/ascendência de **Bernardo Clemente Pinto**, filho do 1º Barão de Nova Friburgo. Este gráfico elucida outros casamentos, como o de **Maria José de Souza Dantas** com **Braz de Nova Friburgo**. Braz era filho de **Bernardo Clemente Pinto** com **Ambrozina Leitão da Cunha**, filha de **Ambrósio Leitão da Cunha (Barão de Mamoré)** e **Maria José da Gama Silva**, que por sua vez era irmã da **Baronesa de Souza Franco**. **Maria José de Souza Dantas** casa-se, provavelmente em segundas núpcias com **Augusto Faro de Carvalho**.

Maria José e a Baronesa eram filhas de **José Joaquim da Silva** da linhagem dos **Távora** e casado com **Marieta José da Gama Lobo**. Esta linhagem vai se articular via casamento com o **Major Gaspar Leitão da Cunha** da Casa de Marzagão e **Maria Antonia da Fonseca Zuzarte**.

Rodolfo de Nova Friburgo (filho de Braz de Nova Friburgo e Maria José de Souza Dantas) se casa com **Evelina** (cujo sobrenome não aparece nas fontes). **Luiz Rodolfo de Souza Dantas** (filho de Laura de Nova Friburgo e Fernando de Souza Dantas, bisneto do 1º Barão de Nova Friburgo), se casa com **Cecília Amália Souza Dantas**.

Laura de Nova Friburgo era neta do 1º Barão de Nova Friburgo e casada com **Fernando de Souza Dantas**.

Cruzando estas informações podemos deduzir, grosso modo, que os casamentos da *flor* da elite fluminense ocorriam dentro de uma sintaxe, ou linguagem, que incluía nomes do grande Rio de Janeiro, da Corte, Comendadores e altas patentes militares. Mas, dentro da família ocorriam, também, casamentos intergeracionais.

Não nos prendemos, neste trabalho, a um minucioso de estudo do sistema de parentesco, mas apontar para uma gramática que incorpora famílias de destaque, prestígio e poder, na economia e na política do oitocentos. Não buscamos definir regras precisas de descendência ou de alianças matrimoniais, mas as Comendas e cargos de vários componentes das famílias citadas nos apontam para algumas escolhas dentro de uma fronteira delimitada pelo poder econômico e social. Provavelmente, se levantarmos as fortunas/prestígio/poder das famílias citadas tenhamos um perfil das razões das escolhas matrimoniais.

Com esta pequena amostragem podemos apontar para a utilização do termo descendência aproximando-o do que se refere Rivers (Social Organization, 1926) (AUGÉ, Marc: 1975:80). O autor aplicava o termo *descent* à transmissão automática da qualidade da qualidade de membro de um grupo social. Este termo tem sentido quando aplicado a comunidade rigorosamente distinta. Seriam os clãs exogâmicos: a exogamia garantindo a distinção absoluta entre os clãs e correspondendo à unilinearidade da transmissão.

No caso apresentado podemos distinguir melhor o termo *filiação* (onde um indivíduo pode estabelecer sua relação com qualquer dos antepassados), do termo *descent* (pela qual se exprime a pertença a um grupo que representa uma secção da sociedade total). Neste sentido o termo pode ser alargado (Leach) e não está necessariamente ligado à unilinearidade, mas à discriminação dos grupos.

Assim podemos falar de *descent*, como propõe Dumont para se referir a acepções mais vagas. (AUGÉ, Marc. 1975:80)

O parentesco pode definir um campo onde as aproximações giram em torno da religião, moral, representação da pessoa, organização do trabalho, herança, hereditariedade. Procuramos entender os exemplos destas famílias apontadas como a noção de grupo solidário que exercem atividades comuns, laços de parentesco em sentido amplo (filiação e solidariedade).

Coincidências endogâmicas e exogâmicas? Escolha romântica? Imposição paterna? Troca de dotes? Circulação das famílias de “fino trato”, que se movem no cenário do sudeste fluminense?

Muitas questões podem ser respondidas com pesquisas sistemáticas sobre o labirinto do mercado matrimonial do Sudeste Fluminense.

A produção acadêmica em torno do levantamento destas redes familiares é progressivamente ampliada nas Universidades.³

A família Clemente Pinto é um exemplo que se destacava no cenário do agro fluminense, tanto quanto nas decisões políticas e econômicas regionais. Podemos confirmar, com a afirmação de Alberto Lamego, a seguir.

*Mas, à frente de todas essas famílias, por seus benefícios prestados a várias gerações estariam sempre os **Clemente Pinto**, que vimos ali aparecer em 1829 com o patriarca da estirpe, Antonio Clemente Pinto. A ele e aos seus sucessores devem, antes de tudo, os Sertões do Leste, a sua rápida evolução, bastando dizer que, foram o barão e conde de Nova Friburgo o idealizador e construtor da estrada de Ferro de Cantagalo, cujas resultantes políticas, econômicas e sociais seriam uma rápida e próspera subdivisão do antigo território da comarca em vários municípios (LAMEGO:1950:174).*

*O opulento fazendeiro **Antonio Clemente Pinto** tem já plantado mais de cem mil pés de café em uma das suas fazendas que abriu em sociedade com o hábil engenheiro Jacob Van Erven, onde tenciona,*

³ Carla Almeida&Monica Oliveira (org.) Nomes e Números. Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social. Juiz de Fora:Ed.UFJF, 2006; Antonio Carlos Jucá. Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750) Rio de Janeiro:Arquivo Nacional:2003; João Luís R. Fragoso&Carla Almeida& Antonio Carlos Jucá. Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2007; Alzira Campos Casamento e Família em São Paulo colonial: São Paulo: Paz e Terra, 2003; Mariana Muaze. As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império.Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Estas são algumas das indicações de trabalhos que abordam as questões de família,, relações de poder, elites e hierarquias. Vale conferir.

assim que os cafezais estiverem próximos a produzir empregar não pequena porção de colonos, mandando-os engajar na Bélgica e Holanda pelo dito engenheiro. (Relatório de Presidente de Província: Luiz Pedreira do Couto Ferraz: Biblioteca Nacional: Rolo PR-SPR 11 (3): 52)

No caso da família Clemente Pinto, podemos afirmar sua importância no agro fluminense, na Corte e nos negócios. O inventário do Barão de Nova Friburgo demonstra a acumulação de sua fortuna, bens de raiz, escravos, bens móveis. O Palácio do Catete, hoje Museu da República era a residência da família, no oitocentos. Suas fazendas de café, no agro fluminense, acumulavam um grande monte em escravos e terras. Suas casas na cidade de Friburgo, fazendas em Cantagalo, São Fidélis e redondezas nos demonstram o grau de riqueza e poder de que dispunha o Barão e seus familiares.

A construção da Estrada de Ferro para Cantagalo, com o apoio de Antonio Clemente Pinto demonstra sua visão modernizadora, aliada à manutenção de práticas escravistas.

Indiscutivelmente, com a construção da Estrada de Ferro de Cantagalo, o que se pretendia era agilizar e descongestionar o escoamento das grandes safras, em substituição ao vagaroso processo das tropas de muares, que levavam o produto da lavoura acondicionado em sacos, balaios e caixas, após enormes e cansativas caminhadas, através dos sertões do Macacu, até Porto das Caixas. Ao chegar ao Porto, por meio de lanchas e barcos, o café, o açúcar e outros produtos agrícolas eram transportados para o Rio de Janeiro (DIAS: 122-201).

Este ramal iniciou sua construção a partir de 20/09/1861, quando a secretaria do governo provincial submeteu à consideração da Assembléia Legislativa, os orçamentos e planos relativos ao assunto, tentando conseguir o prolongamento da Estrada de Ferro de Porto das Caixas a Niterói.

Em 1867 o Barão de Nova Friburgo resolve tomar a si a responsabilidade da construção do ramal até Cantagalo, mas a Cia foi organizada como uma sociedade anônima, em 1857, quando fazendeiros de café do país faziam investimentos em ações e outros títulos. (DIAS: 122-201). Portanto, quando foi inaugurada, ele já havia falecido.

Em 1872, pela Lei Provincial ficou estabelecido que a nova empresa intercalaria os trilhos da linha de Cantagalo, entre Vila Nova e Porto Novo das Caixas, de onde seguiria a Rio Bonito, Capivari e Macaé. (DIAS: 1975: 122-201)

Em setembro de 1876 foi aberto ao tráfego, a linha Friburgo - Macuco, com 70.500 m. No mesmo ano inicia-se o ramal de Cordeiro, atingindo mais 6.600 m. Uma parte do café produzido em Cantagalo seguia por São Fidélis e Macaé para chegar ao Rio de Janeiro. (LOBO: s/d: 60)

O Ministério da Agricultura apoiava a iniciativa privada, na promoção de transportes. O Estado dava subsídios e oferecia empréstimos em condições favoráveis às empresas, ou garantia juros aos capitais nacionais e estrangeiros que fossem investidos em transporte. (LOBO: s/d: 60)

A legislação do Império visando promover a construção de ferrovias foi abundante. Concedeu privilégios por vários anos, permitiu o direito de desapropriação dos terrenos de particulares no percurso das ferrovias, cedeu terras devolutas, isentou de impostos a importação de trilhos, máquinas e instrumentos, garantiu juros do capital empregado etc. E mais, concentrar esforços em torno das ferrovias principais. (LOBO:S/d: 62)

O Barão era um homem de negócios e de terras e estendia seus interesses de Cantagalo a Friburgo, passando por São Fidélis e Rio de Janeiro. Foi um incentivador da construção da Estrada de Ferro para Cantagalo. Seu poder econômico ficou expresso em seu Inventário, aberto no ano de 1873 (Inventários pós morte: Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro: 1873).

Se considerarmos somente as suas fazendas existentes em Cantagalo, somavam 12 unidades. A área de suas propriedades somava 11.100 alqueires, com 11.972 mil pés de café. Podemos inferir a diversidade das atividades desenvolvidas em suas fazendas, se considerarmos as diversas profissões existentes e desempenhadas por sua escravaria. Dominantemente seus escravos eram de *roça*, mas aparecem escravos carpinteiros, tropeiros, porqueiros, ferreiros, cozinheiras, costureiras, campeiros, marceneiros, falquejadores e outros. Somente em uma de suas fazendas - a de Santa Rita - aparecem equipamentos variados: engenho, ventiladores, descascador, brunidor, despoldador,

separador, tanque para lavar café, terreiros de pedra para secar café, pilões etc.(Inventário pós morte, AJRJ)

As fazendas de grande porte na região possuíam olarias, monjolos, serrarias, fornos de assar barro, forja com ferramentas, máquinas de furar ferro.

As unidades da região de Cantagalo, quando maiores de 100 alqueires, possuíam cafeeiros em grande escala, incluindo uma agricultura de alimentos associada à cafeicultura. Essas fazendas plantavam milho, feijão, arroz, cana de açúcar e cultivavam hortas e pomares.

As casas da região, chamadas *de vivenda*, eram assobradadas, com uma cozinha anexa, coberta de telha. As elites centravam seus investimentos na terra, nos escravos, nos pés de café, equipamentos e edificações, animais e outras culturas. Os bens móveis não são os maiores investimentos dos fazendeiros. Mas podemos tentar reconstruir, na nossa imaginação, o interior das casas, a partir da leitura de inventários.

Em geral, as salas de estar possuíam relógio de parede de caixa e enfeite na mesa. Encontramos piano nas salas de estar. A mobília era composta de sofás, cadeiras de palhinha, tipo marquesa e mesas, grandes e pequenas. A madeira mais utilizada para as mobílias era o vinhático, caviúna, mogno e jacarandá. Havia aparadores, canapés, tapetes, consoles. As mesas possuíam tampo de mármore. Frequentemente identifica-se o uso da cadeira de balanço de palhinha. O oratório faz parte do mobiliário da fazenda, com imagens. Os lavatórios são de mármore, com toucador. A louça é de porcelana, complementada com talheres de prata, salvas de prata e toalhas finas e bordadas.

Há a presença nas casas de máquina de costura, sinos, jóias e pulseiras da elite, relógios de ouro, cravejados de pedra, como rubi e esmeralda, ou pedra coral.

E os salões eram descritos como espaços de encontro político cultural, de lazer e confraternização, eram regidos pelas damas da Corte e das elites regionais, com sua destreza e cortesia.

Podemos ver as descrições dos encantos das Fazendas de Cantagalo:(...) *dançou-se com grande alegria. E depois duma perfeita ágape cotilonou-se até quatro da manhã*".⁴

Ternaux Compans, em 1877, referia-se à opulência de Nova Friburgo: “ *le véritable emppereur du Brésil*” e chamava a fazenda de Cantagalo de “ *uma vraie ville de l’intérieur*”, e testemunhava: “ *à toutes étapes (de Cantagalo a São Clemente) nous trouvons table servie et de nombreux esclaves a notre disposition*”.⁵

Em relação à família podemos identificar que riqueza e vastidão luxuosa pediam grandes festas, uma das quais foi o baile de julho de 1883, em honra aos recém-casados Antonio Clemente Pinto e Georgina Darrique Faro.

Estas descrições acima nos dão algumas características do modo de vida das elites agrárias fluminenses (VINHAES: 1992:47).

Estes breves relatos nos revelam, por outro lado, a sedimentação de alianças matrimoniais, redefinindo uma hierarquia, talvez trazida “*nas naus dos conquistadores portugueses*” que tende a se consolidar, enquanto indicador de poder social (FRAGOSO: 1995:58).

Denotativo da presença de um mercado matrimonial possibilitado por troca de noivos e noivas – *uma troca equilibrada* – que através do dote permitia que ambas as famílias fossem contempladas. (FRAGOSO: 1995:58).

Terras e escravos são concedidos através de dotes, via alianças matrimoniais e circulam entre Casas ilustres, reproduzindo uma economia política.

Mas, que terras e escravos estariam sendo compartilhados, na segunda metade do oitocentos? E sob quais condições? É o que veremos no item cinco.

⁴ PINHO, Wanderley: *Salões e Damas do Segundo Reinado*: São Paulo: Livraria Martins Editora: 3ª edição: 328. Notas.

⁵ Id.; ibidem.

Para Hebe de Castro, neste contexto poderíamos perscrutar os significados da ordem escravista no Brasil e *mapear uma temática e um conflito próprios da disciplina histórica*, isto é, *o dilema entre continuidade e descontinuidade*. (CASTRO: 1992: 236)

Segundo a autora, havia *uma gramática ainda escravista e foram os ícones da modernidade oitocentista que redefiniram o espaço doméstico das elites rurais do Vale do Paraíba*. (HEBE& SCHNOOR: 1992: 236)

3. Parentesco e alianças matrimoniais. Para os anglo-saxões existem os parentes por filiação diferenciados dos parentes por alianças matrimoniais. Os franceses, entretanto, utilizam como único termo, *parentes* sem especificar de qual das duas categorias se refere.

Lévi Strauss procurou demonstrar que o parentesco constitui um sistema organizado em torno de uma *estrutura mínima*, ou *átomo de parentesco* através de alianças matrimoniais com vários grupos de diversas filiações. (AUGÉ:1975:18; LÉVI STRAUSS:1970). E mais, nos diz Strauss, quando afirma que todas as sociedades conhecem a proibição do incesto e esta proibição explícita aponta para: é preciso procurar mulheres fora do grupo dos parentes. (AUGÉ: 1875: 18; LÉVI STRAUSS: 1970).

A prática exogâmica torna, portanto, indispensável o estabelecimento de relações de parentesco, através de alianças matrimoniais com outros grupos de diferentes filiações. E acrescenta que a proibição do incesto *significa que, na sociedade humana, um homem não pode obter uma mulher senão doutro homem que lhe cede uma filha ou uma irmã*. (STRAUSS: Lévi. 1970: 56).

Para ele, o parentesco por alianças matrimoniais introduz um elemento externo no parentesco propriamente dito. Portanto, compõe o sistema de parentesco.

Refletindo sobre o que Strauss afirma, um grupo de filiação não sobrevive, a menos que contraia alianças matrimoniais com outros grupos de filiação, que lhe ofereça as reprodutoras.

Para Augé,

a filiação é o princípio de constituição e de organização interna de cada grupo de parentesco, enquanto as alianças (o parentesco por alianças matrimoniais) são o princípio da organização das relações externas entre os diferentes grupos, obrigados a estabelecer relações necessárias de troca matrimonial por força da exogamia. (AUGÉ: 1975: 19)

Concluimos que há interesse em se analisar o sistema de parentesco por um triplo aspecto: como expressão direta de certas relações sociais (entre parentes); como modo de expressão metafórica de relações sociais (políticas) diretamente marcadas sobre as relações de parentesco; como modo de formulação e de interpretação ideológica de relações cuja natureza real, nem sempre corresponde à linguagem (utilizada) para descrever ou explicar (relações de produção). (AUGÉ: 1975: 20).

O parentesco, portanto é um código, uma linguagem. É, portanto, um grande auxiliar para entender as sociedades, mesmo as com Estado, em que o parentesco não se reduz à família conjugal, mas se estende à formação de grupos sociais e à organização das relações entre os mesmos.

Mas esta linguagem pode dissimular o sentido das sociedades. Há que se cotejar com as situações concretas nas quais o parentesco se introduz. Daí a importância de se empreender pesquisas sistemáticas e massivas sobre o tema.

4. O mercado matrimonial e seu significado. Podemos considerar troca matrimonial, como o casamento além do compromisso entre duas pessoas, criando um estatuto aos seus descendentes, mas também como um processo que envolve dois ou mais grupos exogâmicos, numa rede de relações de trocas matrimoniais, que constroem uma trama das relações sociais, que constituem as bases de uma sociedade.

Tratamos de troca matrimonial, enquanto princípios, que presidem o processo de circulação nas relações entre os grupos.

Essas trocas podem ser restritas ou generalizadas. As restritas implicam num dar e receber equilibrados. Nas generalizadas, a reciprocidade é diferida e indireta e o ciclo se fecha quando um grupo restitui ao outro a sua doação anterior.

Neste sentido, o que consideramos o mercado matrimonial é a esfera onde as trocas ocorrem. Nestes exemplos pudemos identificar casamentos estabelecidos com famílias da elite fluminense, destaques por suas fortunas, prestígio e poder. A noção de região, neste caso, pode ser identificada como a linguagem dos homens de uma época, em que possuir terras e fortuna os habilita a casamentos entre suas famílias.

Em trabalho anterior pudemos indicar uma elite cortesã que circula nos salões da Corte e possui fortuna acumulada. Portanto estas elites extrapolam os limites político administrativos de um dado município. Não exploramos as relações com comerciantes da praça do Rio de Janeiro, uma vez que levantamos os inventários da elite de Cantagalo, como foco de nossa pesquisa, voltada para o estudo do processo de enriquecimento e empobrecimento das elites do agro fluminense relacionados às formas de organização e acumulação da terra e da riqueza locais (VINHAES:1992). Utilizamos brevemente as relações do sistema de parentesco da família Clemente Pinto, para exemplificar um caso específico em que estas relações ocorrem. Entretanto, podemos fazer algumas aproximações sobre estratégias utilizadas por esta família de fino trato. Mas, este pode ser um caminho para novas pesquisas, estendendo o estudo para outras famílias e suas ramificações parentais. Os Gráficos elaborados, a partir do anuário genealógico pesquisado podem demonstrar como, num dado momento, os casamentos se organizavam.

5. O morro velho – Cantagalo e as elites locais. Como vimos anteriormente, as famílias se articulavam em um sistema de parentesco que incorporava, pela linha masculina e feminina, noivos e noivas capazes de atender às demandas do grupo em questão. No caso, referimo-nos às elites agrárias fluminenses que integravam em seu grupo, candidatos da própria elite.

Como nos referimos às elites agrárias, há que se entender o contexto que lhes garantiu a acumulação de fortunas no sudeste escravista.

A lavoura cafeeira, na sua necessidade estrutural de incorporação de terras férteis e trabalho escravos, com a extinção do tráfico intercontinental para o Brasil, na segunda metade do século dezenove, impôs aos fazendeiros de Serra Acima, uma reordenação do contingente escravo. A ameaça premente de decréscimo do plantel cativo impunha a

imediate reposição da força de trabalho nas áreas prósperas de café, nas margens do Paraíba, a ocidente e a oriente: CANTAGALO.

O sertão de Cantagalo teve seu povoamento iniciado em meados do setecentos, quando indígenas (Coroados, Puris e Coroados premidos pelos Goitacazes) e garimpeiros se confrontam na disputa pela região. Esta região, que integra o território fluminense, se situa entre a serra do Mar e o rio Paraíba do Sul, do Piabanha a São Fidelis, onde tem início a Baixada Campista. Ao contrário da faixa marítima, que é toda plana e de fácil acesso, essa vertente interna do maciço Atlântico é enrugada e áspera, formando "*um mar de morros*", que muito dificultou sua conquista.

À época, o setor fluminense, embora tão próximo do Rio de Janeiro, capital do Vice-Reino desde 1763 permanecia muito pouco conhecido e explorado. Principalmente entre os rios Paquequer e Grande, compreendendo toda a vertente interior das serras do Subaio, Boa Vista, Macabu e Macaé, com uma área de quase seis mil quilômetros quadrados, atualmente pertencentes aos municípios de Cantagalo, Cordeiro, São Sebastião do Alto, Itaocara, Carmo, Sumidouro, Nova Friburgo, Duas Barras, Bom Jardim, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e Teresopolis (VINHAES: 1992:18).

Por volta de 1809, John Mawe, em missão do governo esteve em Cantagalo e constatou que a atividade mineradora já se esgotara e sua gente se dedicava à agricultura, chegando a comparar as fazendas ali existentes "*aos sorridentes vales da Inglaterra*" (DIAS: 1975:23).

Os garimpeiros, que subiam a "Serra Acima", na tentativa clandestina de acumular riqueza vão sendo combatidos pelos interesses da Coroa. D. Luiz de Vasconcelos e Souza, em nome desses interesses teria mandado diligências à região.

É o caso de Mão de Luva, ou Manoel Henriques, que teria deixado as Minas Gerais, com o refluxo da mineração e se encaminhado para Cantagalo. Seu bando teria atravessado o rio Paraíba, na altura de Porto Novo do Cunha, em busca de lugar seguro. As diligências de D. Luiz de Vasconcelos e Souza vasculhando a região encontraram seu bando quando ouviram o canto de um galo, denotando acampamento. Se procedente

ou não, em 1786, o antigo "*Sertão de Macacu*" passou a denominar-se **CANTAGALO**. (TSCHUDI: 1980:18)

Na década de 1840, Tschudi nos dá a indicação da produtividade de café arrolado por um fazendeiro cantagalense:

PRODUTIVIDADE DE CAFÉ ENTRE 1847-60

ANO	PÉS DE CAFÉ	COLHEITA MÉDIA	TRABALHADORES	CAFÉ/TRABALHADOR
1847-50	72.000	4.603	34	3.934
1851-54	123.750	6.908	38	3.790
1855-60	125.200	6.127	45	3.811

Fonte: J.J.Tschudi. Viagem as Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia: 1980: 41.

Se o mercado matrimonial favoreceu a circulação de escravos e terra, vamos procurar entender quem eram estes escravos que compunham as fortunas de **escravos**, bens semoventes e de **terras**, bens de raiz.

Como a região de Cantagalo se caracterizou, de meados para finais do oitocentos, por ser eminentemente agrária, acumular fortuna significava, antes de tudo possuir terras, culturas, benfeitorias e escravos. Nesta medida se considerarmos o Monte Bruto das fazendas inventariadas, arbitramos que aqueles fazendeiros cujas fortunas somavam mais de 15.000 Libras poderiam ser considerados a elite econômica da região.

Podemos constatar que fortunas de consolidaram e se dispersaram ao longo deste período.⁶

DOS ESCRAVOS. AFRICANOS E CRIoulos: Natureza da Mão de Obra: Quadros Comparativos

⁶ VINHAES, Eliana. Cantagalo: As formas de Organização e Acumulação da Terra e da Riqueza local: 1850-90. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS:1992. Esta Dissertação pode ser consultada para estudos posteriores. Embora não esteja digitalizada está disponibilizada pela Biblioteca da Pós Graduação da UFRJ/IFCS.

1. PARAÍBA DO SUL

ANO	AFRICANOS	%	CRIoulos	%2	TOTAL	Nº INVENTÁRIO
1855-60	616	47,9	671	52,1	1287	45
1861-70	473	42,9	629	57,1	1102	19
1870-75	227	27,9	588	72,1	815	19
1880-85	300	18,7	1306	81,3	1606	

Fonte: Fragoso, João L. R. Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação em uma Economia Escravista Colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888.

Tese Doutorado: Niterói: ICHF: UFF:1990

2. CANTAGALO

ANO	AFRICANOS	%	CRIoulos	%	TOTAL	Nº INV.
1850	69	37,9	113	62,1	182	14
1860	242	35,6	437	64,4	679	24
1870	84	20,8	320	79,2	404	44

Fonte: Inventários Pós morte. Cantagalo.

Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro

Como se pode observar pelo Quadro Comparativo 2, embora a tendência de reposição de cativos africanos tenha decaído, nos Municípios citados, a substituição por escravos crioulos provenientes de outras regiões em declínio vai ser a solução encontrada. Aparentemente contraditória com alguns dizeres de fazendeiros proeminentes, em cujas falas há o estímulo à imigração européia, a prática foi bastante significativa. Mais uma vez, aqui se situa o dilema inicial: modernidade e escravidão convivem neste cenário contraditório.

Se considerarmos que Cantagalo localizava-se nas chamadas Províncias do Café, e mais especificamente na "nova" região de café da Província, podemos concluir que sua população escrava produtiva era composta não apenas de cativos homens, mas situados na idade adulta entre 21-60 anos, conforme nos afirma Pedro Mello com relação a região leste (VINHAES: 1992: 82).

Mas, este dado pode nos confirmar que a propriedade escravista cafeeira tendeu a se manter resistente, nas novas áreas fluminenses, ao impulso imigratório e modernizante.

Ainda sobre os cativos em Cantagalo podemos afirmar que considerando suas faixas de idade encontramos para a década de 1870 os seguintes índices: até os 13 anos 21,6%;

entre 14-40 anos 38,6%; mais de 40 anos 39,8% ⁷15). Na mesma década, para Cantagalo encontramos a relação entre sexo escravo um contingente de 490 homens entre 14-40 anos para 520 mulheres na mesma faixa etária, num total de 2.618 escravos ⁸. Podemos considerar que embora com uma baixa razão de masculinidade, as comunidades escravas em idade produtiva eram bastante significativas (VINHAES: 1992:83).

Considerando a produtividade na região estudada podemos utilizar os Quadros Comparativos 3-4:

3. CAPIVARY (15-40 ANOS)- FAZENDAS E SÍTIOS

ANO	PÉS/CAFÉ/ESCRAVOS	FAZENDAS		SÍTIOS
1855-64	1.222,0	1.173,0		1.197,5
1865-74	2.542,8	1.910,2		2.226,5
1875-88	3.292,8	1.339,6		2.316,2
TOTAL	7.057,6	4.422,8		5.740,2

Fonte: Inventários pós morte. 2º ofício de Notas de Silva Jardim.

In CASTRO, Hebe. Ao Sul da História:54:59

4. CANTAGALO (14-40) PROPRIEDADES (SÍTIOS E FAZENDAS)

ANO	No. Pés Café	Escravos Produtivos	Pés de Café/Escrav.
1850	280.700	56	5012,5
1860	1.652.800	290	5.699,30
1870	6.850.948	1.110	6.172,00
1880	999.884	261	3.827,10
TOTAL	16.210.482	1693	9.575,00

Fonte: Inventários Pós Morte, AJRJ

Retirados escravos urbanos, com idade definida

Estes Quadros nos assinalam que, para os fazendeiros de Cantagalo, as lavouras vão sobreviver com vigor às "agruras" decorrentes da extinção do tráfico. Ainda que o plantel produtivo possa ter sofrido algumas baixas, a partir de 1850, a reposição com os cativos crioulos vai ser a solução encontrada, não somente em Cantagalo, mas em outras regiões fluminenses.

Seguindo nosso raciocínio, tentando entender como se deu a contradição escravismo-modernidade e considerando outros Municípios fluminenses podemos ver:

5. COMPARAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA: MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIO	Pop. Livre	%	Pop. Escr.	%2	Pop. Total
Cantagalo	6898	29,5	16478	70,5	23376
Vassouras	9428	24,8	28638	75,2	36066
Capivary	6780	36	12028	64	18808
Campos	31.475	31,3	69.222	68,7	100.697
Paraíba Sul	8.240	33	16.753	67	24.993
Rio Claro	4.872	57,1	3.659	42,8	8.531
TOTAL	67.693		146.778		214.453

Fonte: Mapas de População de 1850. IBGE

Entre 1860-66, Tschudi esteve em Cantagalo e dizia então, estar "*em um dos mais importantes centros de cultivo de café no país.*" (TCHUDI:1980:VINHAES:1992:83)

6. AUMENTOS REGISTRADOS DE ESCRAVOS: TRANSFERÊNCIAS INTERMUNICIPAIS

Munic.	Pop. Escr. 1873	Líquido Aumento	Perda	Pop. Escr. 1882
Barra Mansa	11.397	2.416	0	11.246
Cantagalo	17.562	8.251	0	21.621
Nova Friburgo	4.576	1.459	0	4.937
Paraíba do Sul	18.801	436	0	15.369
Piraí	13.386	506	0	11.360
Resende	9.185	1.041	0	8.240
Santa M ^a Madalena	10.003	5.122	0	12.891
São Fidélis	15.693	5.325	0	18.994
Sapucaia		8.145	0	7.377
Valença	27.099	4.454	0	25.344
Vassouras	21.093	1.538	0	18.630
TOTAIS	148.795	38.693	0	156.009

Fonte: Conrad, Robert. Os últimos Anos da Escravatura no Brasil. 1850-88 Rio de Janeiro: Ed. Civ. Brasileira S.A: 1978

Embora tenha havido um declínio de escravos africanos após 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, os escravos crioulos passaram de 58,9% em 1850 para respectivamente, nas décadas posteriores passarem para 64,4%; 79,2%; 89,5%. Entre 1850-81, a população

escrava da Província do Rio de Janeiro se concentrou nos municípios da grande lavoura cafeeira.

Não se pode atribuir ao fim do tráfico intercontinental a determinação da economia escravista, embora a população escrava tenha crescido em ritmo mais lento. Pedro Mello aponta para a região uma concentração seletiva do estoque de cativos na região. (MELLO:1984).

Como a lógica do sistema agrário em Cantagalo se reproduz na incorporação de terra e trabalho, pensar o escravismo sem contradições internas e sem dinâmica própria implica na negação do caráter estrutural das relações internas de produção. (GORENDER: 1990:112). Consequentemente, a hipótese *de rotina do café*, tão explorada por parte da historiografia, perde muito de seu sentido. O sistema agrário se explica na manutenção de sua lógica estrutural.

Se a extinção do tráfico intercontinental abalou o sistema escravista, podemos acrescentar que o tráfico intermunicipal reordenou as relações escravistas e garantiu sua longevidade à despeito da vinda sistemática de cativos africanos.

A riqueza das elites esteve mais preservada nas regiões prósperas do café.

5.2. Da terra. Saint-Hilaire, quando se refere ao sistema de agricultura adotado no Brasil, diz ser este

baseado na destruição das florestas e onde ano ha matas ano existe lavoura (...). Quando se faz a escolha de um terreno, ano e ele revolvido (...) se abatem as porções de matas que se deseja cultivar: dá-se aos galhos tempo para secar e ateia-se fogo antes que as chuvas comecem (HILAIRE:1980:90-91).

7. ESTRUTURA AGRÁRIA EM CANTAGALO: 1850-90 valores em £

ANO	TERRAS	%	ESCRAVOS	%	OUTROS	%	EQUIPAMENTOS	%	ANIMAIS	%	VALOR DA FAZENDA
1850	7.175	19,7	22.429	61,6	270	0,7	2.098	5,8	1.232	3,4	36.426
1860	210.671	67,9	61.399	19,7	1.242	0,4	15.003	4,8	3.928	1,2	310.127
1870	316.388	40,8	315.476	40,7	2.556	0,3	29.221	3,8	30.174	3,8	774.231
1880	15.585	24,9	26.954	43	256	0,4	10.156	16,2	2.263	3,6	62.697

Fonte: Inventários Pós Mortem: Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro (AJRJ)

O sistema de uso da terra em Cantagalo não se utilizou da técnica de refertilização e, pelos inventários identificamos a separação da pecuária e da agricultura feita, por "valos" ou cercas, que são avaliados frequentemente. O sistema de uso da terra em Cantagalo não se utilizou da técnica de refertilização e, pelos inventários identificamos a separação da pecuária e da agricultura feita, por "valos" ou cercas. Por outro lado,

a frágil densidade demográfica frente à extensão territorial permitia que periodicamente a terra, que antes tinha sido utilizada na plantação de alimentos ficasse, durante um período de sete a oito anos, em pousio, tempo que se reverteria em vegetação secundária, para a recuperação de sua fertilidade. E deste modo não se necessitava, desde que se mantivesse constante a relação demografia-terra, recorrer a outras técnicas de recuperação da terra, como aplicação de adubos, que correspondem a um trabalho adicional (FRAGOSO: 1983:47).

Frequentemente encontramos nos inventários terras em capoeira avaliadas, o que nos demonstrou a utilização freqüente do pousio enquanto integrante do sistema agrário local. Sem duvida, só os proprietários que possuem "reserva" virtual de terras para futuros plantios de cafeeiros podem deixar a terra em pousio. E mais, trata-se da tendência ao pousio longo, de que nos fala Ester Besorup (BESORUP: 1987:24-26).

Examinemos como estão dispostos os valores dos proprietários cantagalenses dentro da Estrutura Agrária (Gráfico 7), rapidamente descrita.

Estes valores foram convertidos em Libra para evidenciarmos a noção mais exata do valor desses bens, ao longo de quarenta anos, uma vez que a oscilação a Libra foi mais estável. Por se tratar de décadas de distância, nos impusemos a conversão do Real em Libra, tentando minimizar as diferenças do valor do Real nas várias décadas, daí a unidade Libra, mais estável.

A lei de 18/09/1850, a 601 e conhecida Lei de Terras pretendia encontrar formas de dissimular os conflitos, absorvendo os *sesmeiros irregulares*, através do sistema de revalidação (art.IV), desde que apresentassem a existência de cultivo, ou princípio de cultura, ou mesmo morada habitual de *sesmeiro*.⁹

Aos posseiros, o art. V contemplava, considerando a legitimação das posses *mansas e pacíficas* adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, desde que se achassem cultivadas, ou em princípio de cultura e moradia habitual (PORTO: 1965:182).

Com a Lei de 1850, ao Estado competia a venda das terras devolutas, a determinação dos prazos para a medição e demarcação dos lotes e serem vendidos, a reserva de terras para fins, como a colonização dos indígenas, a construção naval, a fundação de povoações, a abertura de estradas e a localização de estabelecimentos públicos (MATTOS: 1987:249).

Segundo o Código Civil surge a distinção entre bens públicos e privados e o conceito de terra devoluta, que não é o de *bem público*, mas aquelas terras que são destinadas a algum uso público.(PORTO:1965:180).

Ao Estado, portanto, coube delimitar o estabelecimento do modo como as propriedades públicas seriam distintas das privadas: a fixação das condições para a venda das terras devolutas, a designação das repartições provinciais, nas quais os posseiros deveriam tirar os títulos das terras que lhes passavam a pertencer, sem o que, não as poderiam hipotecar ou vender; a organização da Repartição Geral de Terras Públicas (MATTOS: 1987:249).

Portanto, com a expansão cafeeira, a pressão sobre a terra tornou-se insuportável para os posseiros, na medida que migrantes, garantidos com títulos de sesmaria foram ocupando a região.

⁹ Porto, José Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Imprensa Universitária. Recife:1965:182; Lei de Terras nº 601 18/09/1850 in: *Collecção das Leis do Império de Brasil*: tomo 11 parte 1ª, secção 44. Niterói: Fundação Matoso Maia.

Os lavradores pobres, sem títulos de sesmaria foram se estabelecendo em terrenos sem dono, até que lhes aparece um homem rico, com título outorgado recentemente e os expulsa e se apropria de suas inversões.(TAUNAY:vol IV:371).

Como ao Estado coube a preservação dos interesses dos cafeicultores, uma vez que os negócios cafeeiros consolidavam-se no Rio de Janeiro, a polarização do tráfico interno se concentra no Sudeste e a política de preservação e expansão do poder agrário fluminense vai acompanhar esta mesma lógica.

Ilmar Mattos destaca como o Estado é invocado para a condição de salvar da falência a *nossa única indústria*- o café. (MATTOS: 1987:245).

Ironicamente até 1850, o posseiro está em situação de virtual direito, com a titulação. Após 1850, a posse se transforma em domínio, feitas as medições e demarcações. Se o morador mede a terra, a Lei transige e reconhece-lhe o domínio.

Como desdobramento da Lei de 1850 surgem os Registros Paroquiais de Terra, instituídos pelo Decreto nº 318 de 30/01/1854, exigindo que se cumpra a Lei 601 (Da Repartição Geral das Terras Públicas. Decreto nº 1318 de 30/01/1854 cap.I. Niterói: Fundação Matoso Maia)

Entretanto, as demarcações e delimitações não foram cumpridas na íntegra, por impossibilidades reais e a tendência apontará para a concentração da terra, de um lado e a expropriação, de outro.(CASTRO:1987:9)

Entre 1855-60, os Registros foram mapeando as terras do Império, ainda que, com as limitações da Repartição Geral das Terras Públicas, em medir e legitimar todas as terras. Ainda assim, os Registros Paroquiais, quando não se deparavam com duplicidade de declarações valeram como títulos de propriedade.(CASTRO: 1987:9)

Tanto o regime sesmarial, quanto as restrições das terras devolutas e a prática de usar a força para a poderar-se das terras impediam que o pequeno lavrador tivesse garantias de sua posse e a situação pouco mudou, coma 601/1850, que estabeleceu regras para a posse da terra. (VINHAES: 1992:129).

As terras eram prioritariamente dirigidas para a criação de fazendas de café e o processo de apropriação dessas terras, pelo pequeno proprietário, produtor, não era nada fácil.: as terras devolutas, no século XIX eram escassas e o avanço da frente pioneira de café acarretava a expropriação dos posseiros, que acabavam entrando em relação de dependência. (DEAN, Warren:606-625 in: EIZENBERG:1977:231-32).

Portanto, as formas de acumulação da riqueza na região de Cantagalo apresentaram a racionalidade da lógica do sistema agrário local. As grandes fortunas emergiram assentadas em cafeeiros, negócios escravistas e concentração da terra. A reprodução do sistema, no seu apogeu possibilitou a consolidação de grandes fortunas, com homens poderosos, donos de outros homens. A terra seguiu a mesma lógica, sendo progressivamente detida por uma elite agrária que, com seus escravos e negócios deram o perfil de décadas ao oitocentos.

5.3. Dos negócios: o mercado imperfeito. Fragoso, em sua tese Doutorado mostra como o empobrecimento e enriquecimento no agro fluminense fazem parte de um mesmo processo: reiteração do sistema agrário escravista mercantil. As desigualdades que se forjam, segundo ele, não se referem à transferência diretamente relacionada às relações senhor-escravo. Para ele, a transferência de trabalho é um movimento que se dá entre pessoas livres, muitas proprietárias legais dos meios de produção e de escravos. Segundo Fragoso, o processo de reprodução do sistema ocorre em meio a um *mercado imperfeito*. Não se trata de empresas agrícolas que se reproduzem, ou entram em declínio. Na verdade, como a lógica consiste em incorporar terras e escravos, as elites agrárias vão buscar um mercado não capitalista, que é marcado pela falta de liquidez, precária circulação de mercadoria. (FRAGOSO: 1990:446)

Essa transferência pode ocorrer com o mercado de hipotecas negociadas em algumas regiões estudadas, como Paraíba do Sul. É um mercado que aparece como *reflexo do caráter diferenciado da estrutura econômico social escravista*. (FRAGOSO:1990:446). Para Fragoso, menos de 10% dos fazendeiros controlam anualmente 40,0% da riqueza negociada, fato que indica a hegemonia de um grupo restrito de fazendeiros que gerencia o movimento de reprodução do sistema agrário.

Os negócios empreendidos, como compra e venda de hipotecas começam a se dinamizar quando surge a Lei nº 840 de 15/09/1855, em seu art. 11, que trata de compra e venda de bens de raiz. Esta Lei mostra que, quando o valor excede a 200\$000, há a necessidade de se fazer uma Escritura Pública. Em 1860, pela Lei nº 1114 de 27/09/1855, o artigo 12 §7, esse dispositivo passa a regular também os negócios de compra e venda de escravos.(SLENES:1985:166-196).

Passa-se, então, a indentificar uma diversificação dos negócios que não se restringem à compra e venda de escravos e terras, mas ampliam-se em negócios com hipotecas. É um mercado que privilegia grupos de fortuna em *um locus* não capitalista, por estar em presença da fragilidade da divisão social do trabalho e pela precariedade da circulação de mercadorias e de crédito. São práticas especulativas e monopolistas que sustentam a hegemonia do capital mercantil. Para Fragoso, *o processo de reprodução agrícola é simultaneamente um movimento em que se nota a apropriação de frações do sobretarbalho agrícola, via circulação pelo capital mercantil*. (FRAGOSO:1990: 449)

Esta apropriação do excedente rural configura uma acumulação mercantil e se acelera em momentos de crise do sistema. Aí o capital mercantil se beneficia. Aparecem nos movimentos das escrituras de compra e venda e das hipotecas. Quando se verifica a retração das compras e vendas de bens agrícolas, expandem-se as hipotecas, portanto, da acumulação mercantil.

O capital mercantil também aparece nas escrituras públicas de vendas e doações para o pagamento de dívidas.

Portanto, o caráter desigual do processo de reprodução do sistema agrário, onde uns enriquecem e outros empobrecem, é acrescido aos fatores que regulam um mercado não capitalista, submetido ao capital mercantil. Quando aparecem as falências surgem pelo menos dois resultados: 1) a revitalização do mercado de fatores de produção do sistema; 2) a apropriação por parte do capital mercantil, de fração do trabalho excedente gerado pelo sistema agrário. E Fragoso detecta que estes dois resultados podem se combinar e se concentrar nas mesmas mãos.

A maior parte do capital mercantil que atuava em Paraíba do Sul, por exemplo, era proveniente da Corte e para lá convergiam os excedentes, na forma de acumulação mercantil. Mas uma parte da fração deste capital ficava retida na região.

Em resumo, para Fragoso configura-se um processo de reprodução, marcado pelas desigualdades da hierarquia econômica e pelo caráter imperfeito do mercado. Este mecanismo atende aos fazendeiros e ao capital mercantil. O capital mercantil acumulado é reinvestido nas empresas agrícolas, acrescido às fortunas agrárias (FRAGOSO:1990).

O que se pode deduzir das pesquisas é que muitos fazendeiros têm várias ocupações, que podem ser detectadas no Almanaque Lemmertz onde o quadro socio profissional é declarado. As ocupações variam entre, fazendeiros, negociantes e capitalistas, ou empresários híbridos que são: fazendeiros- negociantes- capitalistas. Essas categorias híbridas seriam formadas por empresários que podem ter iniciado sua vida como comerciantes e finalizado como fazendeiros, ou desempenhando ambas as atividades, ou fazendo o caminho inverso. (FRAGOSO:1990:454).

Essas deduções nos mostram como o processo de empobrecimento e enriquecimento alimenta a política de empréstimos. Muitos vendiam seus bens rurais ou os hipotecavam. Estas vendas representavam a descapitalização de empresas rurais e hipotecas, perda de parte do excedente rural, na forma de juros.

Outras vezes, aparecem vendas de dívidas e doações para pagamentos de dívidas. Muitos fazendeiros titulados receberam como pagamento de dívidas, fazendas e escravos. E estes bens negociados permanecem incorporados à fortuna agrária de cada um dos credores.

Outra questão interessante é que estas transações ocorridas no mundo agrário mercantil acabam se subordinando à manutenção ou à aquisição de uma dada posição hierárquica que, segundo Fragoso, se traduz no *sonho* do senhor de possuir homens e terras. Da mesma maneira para a elite agrária, uma vez assegurada a ascensão social, os fazendeiros capitalistas abandonam o mercado e se enraizam nas suas atividades agrárias. (FRAGOSO: 1990:461)

Portanto, o agro fluminense recebe capital mercantil para atender às demandas locais e este mesmo capital acaba sendo, parte, reinvestido na reprodução deste mesmo sistema. Os fazendeiros negociantes acabam priorizando suas atividades agrárias, quando podem mantê-las em boas condições. Desta forma as elites mantem a hierarquia social e seus interesses políticos. Preservam-se enquanto senhores de terras e escravos, concentrando suas fortunas em bens agrários, em meados do XIX.

6. Conclusões. O texto em questão pretendeu mostrar que a política de casamentos entre as elites agrárias fluminenses garantia a manutenção e reprodução do sistema agrário no século XIX. Os bens agrários a serem negociados para a preservação e manutenção das famílias das elites foram marcados por mecanismos de acumulação associados ao capital mercantil numa relação *não capitalista*, em que a preservação das hierarquias foi garantida. Para tal lançaram mão da associação ao capital mercantil, diversificando suas atividades, que não se restringiam ao mundo agrário, mas que prioritariamente promoviam a reprodução do sistema.

Os casamentos, *dentro e fora* das famílias de fino trato deveriam ocorrer, desde que se garantisse a manutenção das fortunas concentradas na propriedade de terras e homens. Desta forma sustentam seus privilégios e prestígio, num projeto que Frago e Manolo cunharam como *arcaico*, pois não aponta para a desagregação das relações escravistas, mas em mantê-las como garantia da reprodução de sua fortuna.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. (dir.) *Os Domínios do Parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência)* Lisboa: Edições 70:1975

BESORUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo:Hucitec:Polís: 1987

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História:lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo:Brasiliense: 1987

_____; SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks: 1992

CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trd. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro:Civ. Brasileira:1978

DEAN, Warren. *Rio Calro: um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1977

DIAS, Acácio Ferreira. Terra de Cantagalo: subsídio para a História do Município de Cantagalo. Vol.I/II: Prefeitura Municipal de Cantagalo: 1975

EISENBERG, Peter L. Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVII/XIX. São Paulo: Campinas:Ed UNICAMP: 1989

_____. Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco. 1840-1910.trad. João Maia. Rio de Janeiro:Paz e Terra:1977

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Comerciantes, Fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista colonial: Rio de Janeiro:1790-1888. Tese Doutorado:Niterói:UFF:ICHIF: 1990

_____ Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920.Rio de Janeiro:IFCS:UFRJ:1983

_____ a Roça e as propostas de Modernização na Agricultura Fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista exportador em Paraíba do Sul. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo:vol.6, nº12, p125-150. Mar/ago, 1986

_____ À espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro. Século XVII, in: *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social (LIPHIS)*, IFCS, UFRJ: 1995.

FRAGOSO, João L.R; FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como Projeto. Rio de Janeiro:Sete Letras, 1996

GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. Rio de Janeiro: Ática S.A:1990

LAMEGO, A. R. O Homem e a Serra, IBGE: 1950

Lei de Terras nº 601 18/09/1850 in: Collecção das Leis do Império de Brasil: tomo 11 parte 1ª, secção 44. Niterói: Fundação Matoso Maia

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História Político Administrativa da Agricultura Brasileira: 1808-1889: Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura: FGV:s/d

MATTOS, Ilmar Rohloff de Tempo Sauqrema. São Paulo: Hucitec:1987

MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo:Brasiliense:1988

MELLO, Pedro. Carvalho de. A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café: 1850-1888. Rio de Janeiro:PNPE:ANPEC- 2 vol. Nº 16:out:1984

PORTO, José da Costa. Estudo sobre o sistema sesmarial. Recife: Imprensa Nacional:1965

SLENES, Robert W. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? In *Revista Brasileira de História*: São Paulo: v.5 nº10 mar/ago:1985

_____ Grandeza ou Decadência? O Mercado de Escravos e a Economia
Cafeeira da Província do Rio de Janeiro. 1850-1888 (mimeografado. s/d)

LÉVI- STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro 7:
1970.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole. *História do Café no Brasil* : Rio de Janeiro:vol IV:371).

TSCHUDI, J. J. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia: 1980

VINHAES, Eliana. *Cantagalo: As formas de Organização e Acumulação da Terra e da Riqueza
Local. 1850-90*. Rio de Janeiro:Dissertação Mestrado:IFCS:UFRJ:1992